

Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista: a distância entre o desejável e o possível.

JOÃO DE DEUS MEDEIROS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MAURÍCIO SAVI – MINISTÉRIO DO MEIO-AMBIENTE

A Floresta Ombrófila Mista, (Floresta com Araucárias), que já cobriu cerca de 250.000 km², é um ecossistema único e típico do sul do Brasil, apresentando elevados índices de diversidade e endemismos. A *Araucaria angustifolia* (pinheiro), é uma das árvores mais importantes da região em vista da sua relevância ecológica, econômica e social. O pinheiro está ainda associado com uma grande variedade de espécies arbóreas, destacando-se a *Ocotea porosa* (imbuia), *O. pretiosa* (sassafrás), *Dicksonia sellowiana* (xaxim), entre outras. Historicamente o período de maior atividade madeireira e conseqüente degradação da floresta situa-se entre 1930 – 1980. A exploração descontrolada dos recursos madeireiros deixou a floresta com araucárias numa condição extremamente vulnerável. Os remanescentes florestais, que não perfazem mais do que 1% da área de ocorrência original continuam sob forte pressão madeireira, e já se apresentam com uma estrutura distinta do ecossistema original. Áreas legalmente protegidas como Unidades de Conservação na Floresta com Araucárias perfazem cerca de 0,6% da área original. Os remanescentes são tipicamente pequenos, isolados e altamente alterados. É urgente a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e iniciativas conservacionistas. Estudos da ecologia da paisagem são necessários para identificar os melhores fragmentos remanescentes e indicar estratégias efetivas de conservação. Contudo, a discussão pública referente às ações de conservação pretendidas gerou uma forte resistência, em boa parte pela desconfiança e carência de legitimidade das ações governamentais. Infelizmente, tanto agentes públicos quanto parcelas significativas da população ainda apresentam uma percepção muito negativa das florestas naturais, identificando-as como barreiras ao desenvolvimento.

ABSTRACT

The Atlantic Mixed Forest (Araucaria Forest) of south Brazil is a unique ecosystem, with very high diversity and endemism, that once covered about 250,000 km². *Araucaria angustifolia* (Araucaria pine) is one of most important trees in its region of natural occurrence due to its relevant ecological, economic and social functions. Its associates with a large variety of tree species in nature, including *Ocotea porosa* (imbuia), *O. pretiosa* (sassafrás), *Dicksonia sellowiana* (xaxim). Historically, deforestation peaks in Araucaria Forests occurred in the periods of 1930 – 1980. Uncontrolled exploitation led the forest to the vulnerable condition. The forests remnants, near to 1% of the original covered area, are still under logging pressure, and are thus not always a good example of the original forest ecosystem. Protected reserves in the Araucaria Forest account for less than 0,6% of the original area. The remnants of the Araucaria Forests are typically small, isolated, and highly disturbed. There is an urgent need for both applied research and conservation initiatives. Landscape-level analyses are needed to identify the best forest fragments so as to design sound conservation strategies. However, the public debate of the conservation actions is already raising a strong resistance because the level of legitimacy of public authorities is very low. Unfortunately, public authorities and people in Brazil tend to have a negative attitude towards forests, and the forest has been seen as a barrier to development.

INTRODUÇÃO

Na atualidade vivemos uma crise sem precedentes na gestão dos recursos naturais planetários. A necessidade de ampliar ações de conservação *in situ* dos recursos naturais é urgente, visto a corrida contra o tempo ditada pelo padrão cultural vigente. A criação e gestão de espaços naturais protegidos tem sido a mais efetiva opção de resguardar e perpetuar recursos naturais em todo o mundo. Diversos autores ressaltam que unidades de conservação são uma solução para a proteção da biodiversidade, ou do que sobrou dela. Todavia, além das experiências bem sucedidas, que felizmente se constituem na maioria, também há registros de insucesso em alguns processos de implementação das unidades de conservação, sendo este o principal argumento contra as mesmas, quando não o único.

Nesse contexto, ressalta-se que os processos de criação de Unidades de Conservação no sul do Brasil mostram grande complexidade, seja no conflito ou ausência das políticas públicas, na morosidade estatal, na distanciada comunidade acadêmica, mas principalmente pela base sócio-cultural predominante. A análise histórica de conflitos regionais, gerados pelo modelo de ocupação do solo e de exploração desmedida dos recursos naturais, nos mostra uma boa síntese na guerra do Contestado, cujo palco situava-se em espaços territoriais cobertos pela Floresta com Araucárias. O conflito foi motivado pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e implantação da maior madeireira da América Latina, a Lumber, com sede em Três Barras (SC). A Lumber derrubou mais de quinze milhões de árvores de araucária e outros milhões de imbuías e canelões, e ainda comercializava lotes de terras com colonos imigrantes, negando direitos básicos aos caboclos locais. Estes tornaram-se revoltosos e foram aniquilados por tropas federais e pistoleiros, contabilizando em seu final a morte de cerca de 10.000 pessoas.

Para um rápido dimensionamento do volume da irracionalidade associada à exploração da madeira da araucária, menciona-se que no período de exploração mais intensa, entre 1915 e 1960, o Anuário Brasileiro de Economia Florestal; aponta a exportação de 18,5 bilhões de metros cúbicos de madeira, a maioria de araucária.

A exploração irracional da madeira, historicamente se associa aos padrões de posse e grilagem de terra que originaram uma elite financeira e política no sul do Brasil. Apenas no Paraná, nas décadas de 1970 e 1980, desapareceram mais de 100.000 pequenas propriedades, acarretando um aumento de 43,8% no número de propriedades com mais de 500 hectares (Ferreira, 1987 *apud* Probio, 2001).

A Floresta Ombrófila Mista foi uma formação florestal que teve significativa importância no histórico de ocupação da região sul, não só quanto à área ocupada, como principalmente pelo valor econômico que representou durante quase um século (Klein, 1985). Com um sub-bosque rico e diversificado a Floresta com Araucárias abriga diversas outras espécies arbóreas, arbustivas, epífitas, lianas, além de uma fauna igualmente rica. Exibe em seu dossel uma impressionante riqueza de vida, e singular formação devida à estrutura das copas dominantes dos pinheirais. No entanto, a exploração florestal que levou a sua quase completa exaustão, teve como consequência, previsível e inevitável, a redução drástica dos remanescentes dessa tipologia florestal. Apesar da miséria e pobreza atual, nas cidades que tiveram sua origem associada à exploração madeireira, persiste o discurso desenvolvimentista. Invariavelmente, todos assumem e defendem a

preservação da floresta, no entanto essa postura não consegue extrapolar a retórica simplistas, demagógicas e oportunistas, tão bem apropriadas pela classe política e as elites “tradicionais”.

Foi neste contexto que um conjunto de 41 técnicos de 16 instituições formaram uma equipe denominada “Força-Tarefa das Araucárias”, a qual em um ano e cinco meses de estudos, teve a missão de analisar aspectos biológicos, sociais e fundiários deste ecossistema, formando um banco de dados georreferenciado com informações sobre fauna, flora, hidrografia, geologia, ações antrópicas e registros fundiários.

Os estudos recomendam a criação de 08 novas unidades de conservação, visando resguardar os últimos fragmentos de florestas com araucárias, campos naturais, nascentes, rios, paisagens destacáveis, formações geológicas e arqueológicas únicas e áreas com a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção. Este conjunto de UCs proposto, somado aquelas já existentes, representa menos de 1% da área de distribuição original do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista.

Em Santa Catarina foram propostas as seguintes categorias de UCs:

- Área de Proteção Ambiental das Araucárias com 419.218,63 ha, objetivando proteger fragmentos florestais dispersos, áreas de campos naturais e as bacias dos rios Chapecó, Irani e do Mato, disciplinando e zoneando o uso do solo.
- Estação Ecológica da Mata-Preta com 9.006,83 ha em três fragmentos descontínuos, que protege nascentes e cursos da água e uma das áreas com maior representatividade gênica e fitoecológica da floresta com araucárias contendo diversas espécies ameaçadas da fauna e flora.
- Parque Nacional das Araucárias com 16.824,87 ha, visando assegurar a proteção do melhor fragmento em continuidade e estrutura florística, espécies ameaçadas da fauna e flora, recursos cênicos expressivos como rios encachoeirados e ilhas fluviais.

No Paraná foi diagnosticada drástica alteração ambiental em parte das áreas remanescentes. Nos municípios de Guarapuava e Cândói, desmatamentos ilegais descaracterizaram um grande remanescente florestal. Essa constatação confirma a urgência na condução dos estudos técnicos, necessários para subsidiar ações de proteção em remanescentes estratégicos identificados. O resultado dos estudos no Paraná indica cinco áreas prioritárias:

- Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas com mais de 16.445,40 ha, congregando áreas de campos naturais e capões florestais com ocorrências de áreas de nidificação do papagaio do peito-roxo (*Amazona vinacea*)
- Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi, com 31.698,32 há, que objetiva a conexão biológica com outras áreas protegidas, preservando várzeas, campos úmidos, florestas com galeria e espécies ameaçadas de extinção como o macuquinho da várzea (*Scytalopus iraiensis*), o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*)
- Parque Nacional dos Campos Gerais, com 21.749,88 ha, que congrega a proteção de nascentes e parte da bacia de abastecimento na região de Ponta Grossa, um dos maiores municípios do Estado. Resguarda áreas de florestas e campos, servindo como refúgio para diversas espécies ameaçadas, além de sítios arqueológicos, formações do degrau do Devoniano, uma das mais destacáveis formações geológicas brasileira.
- Reserva Biológica das Araucárias com 16.078,63 há, que protege várzeas, sítios arqueológicos e o mais importante fragmento de araucárias desta

região.

- Reserva Biológica das Perobas com 11.123,14 ha, na área de transição da floresta semidecidual com a ombrófila mista, caracterizando-se como uma autêntica “ilha florestal” rodeada por lavouras. É um refúgio que abriga diversas espécies da fauna ameaçadas de extinção.

MÉTODOS

A metodologia empregada no trabalho da Força-Tarefa priorizou o envolvimento e participação efetiva de diferentes segmentos ligada à execução da Política Nacional do Meio Ambiente. Para tanto, foram estruturadas equipes técnicas para as atividades de campo com profissionais de diferentes formações, oriundos do MMA, IBAMA, SEMA/PR, SDS/SC, IAP/PR, FATMA/SC, UFPR, UFSC, EMBRAPA, Rede Pro UCs, Rede Mata Atlântica, FEEC, TNC, SPVS e APREMAVI.

As principais áreas a serem estudadas foram definidas nas Portarias MMA nº 507 e nº 508/2002, e nas áreas prioritárias indicadas pelo PROBIO/Araucárias, 2001. Os estudos analisaram cartas cartográficas, interpretação de imagens de satélites *Land Sat* e *Spot*, posteriormente complementadas com imagens *IKONOS* e *Quickbird* de alta resolução, relativas aos principais fragmentos que atendiam a critérios de tamanho, estruturação fitofisionômica e possibilidade de conectividade. A análise incluiu métricas da ecologia da paisagem e fundamentos da biologia da conservação, como formato dos fragmentos, características das bordas, possíveis áreas de contato, composição estrutural dos fragmentos florestais e de campos naturais, nascentes e principais corpos da água, áreas núcleo, riqueza de unidades, número de fragmentos, isolamento ao fragmento mais próximo e conectividade. Por fim, foram realizados estudos genéticos em populações de *Araucaria angustifolia* nos fragmentos selecionados para criação de novas áreas protegidas, utilizando-se microsatélites.

Cada área foi avaliada ao menos duas vezes, por equipes distintas, a fim de se obter complementaridade e confrontação dos dados coletados. As equipes contaram com o auxílio de veículos 4x4, cartas geográficas do Exército e IBGE, imagens de satélite, máquinas fotográficas digitais, aparelhos de GPS, computadores portáteis, softwares como *ArcView* e *ArcGis*, e sobrevôos para aferição de informações. As equipes percorreram 41.300 Km, visitando os principais fragmentos de 39 municípios catarinenses e paranaenses.

Com a finalização dos estudos de campo, foram estabelecidos os perímetros, concluídos os laudos técnicos, indicadas áreas com maior potencialidade de fluxo gênico, e detentoras de recursos hídricos destacáveis. Adicionalmente procedeu-se o levantamento preliminar das informações sócio-econômicas e fundiárias.

Concluída a primeira etapa deflagrou-se o processo de apresentações públicas, que foram realizadas no MMA, GT Araucárias, GT Mata Atlântica, Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, USP, UFPR, UFSC, PUC/PR, UNICEMP, IAP/PR, SPVS, FIEP, Governo do Paraná, Governo de Santa Catarina, e no Seminário Semana da Mata Atlântica 2005. Esta fase foi concluída com a realização formal de 10 consultas públicas nos municípios envolvidos, em conformidade com as determinações legais vigentes.

DISCUSSÃO

A participação de diferentes técnicos nos estudos de campo possibilitou a confrontação de dados, argumentos e experiências, para uma melhor compreensão dos fatores biológicos e sociais relevantes em cada área avaliada. Essa sistemática favoreceu a internalização de discussões, e o adequado enfrentamento dos conflitos oriundos de uma realidade desfavorável, com isenção e independência técnica e política. No entanto, essa abordagem não se mostra suficiente para dirimir os históricos conflitos associados à criação de novas áreas protegidas. Esse conflito fica acirrado, notadamente pela externalização da tolerância a práticas de desmatamentos e crimes ambientais "institucionalizados", situações documentadas em algumas áreas de ambos os Estados, e pela grande resistência expressada por setores diretamente ligados a exploração econômica dos recursos naturais objeto da proteção legal pretendida.

A participação e posicionamento da comunidade acadêmica frente aos desafios da conservação da biodiversidade se mostram complexos e multifacetados. A salutar contradição gerada no debate de posições distintas, tão peculiares ao mundo acadêmico, não suprime a necessidade de se destacar a atuação de alguns pesquisadores, geralmente ligados à indústria da madeira, que sustentam a contestação à conservação com argumentações eminentemente políticas. Contribuem assim na perpetuação dos mitos do bom manejo florestal, do bom madeireiro, dos estoques sustentáveis, e mesmo do extremo antropocentrismo refletido na tese de que a natureza não sobrevive sem o homem.

Nessa breve análise da participação da comunidade acadêmica cabe ressaltar que, em 1992 a Sociedade Botânica do Brasil publica a obra *Centuria Plantarum Brasiliensium Extinctionis Minutata*, incluindo algumas espécies típicas da Floresta Ombrófila Mista: *Dicksonia sellowiana*, *Ocotea porosa* e *O. pretiosa* (= *odorifera*). Estranhamente não aparece nessa publicação a *Araucaria angustifolia*, contudo na Portaria Nº 06-N, de 15 de janeiro de 1992, a qual foi incluída na contracapa da publicação da SBB, a *Araucaria angustifolia* é inserida na categoria de espécie vulnerável. Posteriormente a referida Portaria foi substituída pela Portaria IBAMA Nº 37-N, de 03 de abril de 1992, sendo essa Portaria, até o momento, a referência legal para o reconhecimento de uma espécie da flora brasileira na condição de ameaçada de extinção. Qualquer outra espécie não constante da referida lista, independente do grau de vulnerabilidade e/ou ameaça a que estiver sujeita, para o universo jurídico, não se "enquadra" como tal. O fato destacável nesse caso é a letargia e a falta de articulação da academia com os setores públicos vinculados diretamente à Política Nacional do Meio Ambiente. Uma lista preliminar, reconhecidamente modesta numericamente, persiste por 13 anos sem qualquer revisão. Aos órgãos executivos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) cabe uma inegável parcela de (i)responsabilidade, porém a apatia da comunidade científica nesse caso é destacável.

Fato igualmente intrigante revela-se com os dados da exploração madeireira na região sul que, mesmo após a edição da Portaria 037-N/92 continuava, ainda que agora rotulada com a camuflada denominação de "Plano de Manejo Florestal Sustentável" - PMFS. Desconforto maior para os órgãos executivos do SISNAMA, responsáveis pelas autorizações dos PMFS, se estabelece quando dados quantitativos mostram uma absoluta prevalência de espécies florestais ameaçadas de extinção nos referidos PMFS. Na região sul a *Araucaria angustifolia* figurava entre as preferidas, porém não raro recebia a companhia da imbuia (*Ocotea porosa*), da canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*), da canela-preta (*Ocotea catharinensis*) e do xaxim (*Dicksonia sellowiana*). Aparentemente a Lista Oficial de

Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção passou a se constituir numa espécie de “guia” para a elaboração de planos de exploração madeireira, pelo menos na região sul.

Um levantamento preliminar apontava a inequívoca carência de base técnica e científica para a sustentação dos PMFS com espécies ameaçadas de extinção nos remanescentes naturais da Mata Atlântica. Não obstante a intensa discussão do problema com as autoridades responsáveis, as investidas no plano administrativo não lograram qualquer efeito prático. Dirigentes e técnicos da área florestal do IBAMA, Instituto Ambiental do Paraná ou a Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina, responsáveis pela implementação das autorizações dos PMFS, insistiam na defesa desse modelo de exploração. Mesmo não apresentando qualquer argumentação técnica plausível, grande ênfase era dada ao eventual impacto socioeconômico decorrente de uma restrição nessa exploração, e alguns representantes autárquicos chegavam a argumentar que a restrição do manejo florestal sustentável determinaria a extinção dos remanescentes florestais.

Diante de um quadro de absoluta falta de vontade política para a resolução da questão no plano administrativo, entidades ambientalistas recorreram ao judiciário, remetendo à 3ª Vara da Justiça Federal uma Ação Civil Pública requisitando a suspensão das autorizações para exploração madeireira de espécies ameaçadas de extinção. A decisão judicial determinando que o IBAMA ficava impedido de expedir novas autorizações para implementação de planos de manejo florestal sustentável com espécies ameaçadas de extinção, nos remanescentes da Mata Atlântica, foi recepcionada com ruidosa resistência por parte não só de madeireiros, mas também de técnicos de órgãos ambientais, lideranças do setor agrícola, políticos e até mesmo de alguns dirigentes de agências ambientais.

A efervescência do debate criado com a decisão judicial motivou o CONAMA a editar a Resolução 278/2001, a qual, em síntese estendeu ao plano administrativo aquela decisão. Necessário destacar que tanto a decisão judicial quanto a Resolução CONAMA 278/01, estabelecem a restrição condicionada a apresentação de critérios técnicos -científicos que garantam a sustentabilidade do modelo de exploração madeireira pretendido. A despeito dos inflamados e demagógicos discursos recorrentes, até o presente momento não se tem notícia de um único PMFS com espécies ameaçadas de extinção em remanescentes da Mata Atlântica que tenha fornecido esses elementos.

A exploração de espécies arbóreas ameaçadas de extinção, clandestina ou até mesmo com “autorização”, é uma realidade. Para tais manobras institucionais, alega-se o aproveitamento de árvores mortas ou desvitalizadas, em especial para imbuías, e autorizações para supressão de vegetação em estágio inicial de regeneração, em áreas com florestas secundárias em estágios médio e avançado. O transporte de araucárias com guias identificando a madeira como sendo *Pinus* é um outro estratagema rotineiro.

A persistência dos processos de exploração madeireira predatória contou também com determinações legais, como a Instrução Normativa MMA 001/2001, que permitiu a derrubada de quase 1.000.000 de árvores de araucárias em Santa Catarina nos anos de 2002 e 2003, já que exigia apenas a notificação ao órgão responsável da derrubada das árvores “plantadas”. Não havia necessidade de vistoria técnica. Fato só modificado em 2004, com edição de nova portaria. Essa mudança ocorre após a confirmação de que a totalidade das informações de corte

de árvores plantadas protocoladas no IBAMA-SC, na realidade indicava áreas com florestas naturais.

Mesmo com uma significativa parcela de pesquisadores subsidiando a exploração de recursos naturais, em particular florestais, objeto de uma intensa e polêmica discussão, a participação articulada da comunidade científica, com vistas à defesa da isenção, transparência e consistência técnica desse debate, foi muito tímida.

As Consultas Públicas para Criação de Unidades de Conservação

A Lei nº 9.985/00, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, explicita a necessidade dos estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, dimensão, e limites da unidade de conservação, fornecendo estas informações de maneira adequada e inteligível à população local e outras partes interessadas, excluindo desta obrigatoriedade as Estações Ecológicas e Reservas Biológicas.

Em observância aos ritos legais o MMA/IBAMA selecionou os principais municípios abrangidos e regionalmente representativos para realizar as consultas públicas e apresentar a proposta de criação das novas unidades de conservação, independente da categoria de manejo. Estabelecido o cronograma das consultas, as convocações foram publicadas em jornais de grande circulação, divulgadas em faixas e carros de som, além da emissão de convites direcionados as autoridades envolvidas. Material impresso e áudio-visual específico para apresentação didática das propostas foram elaborados.

O processo de Consultas Públicas foi deflagrado ainda em abril de 2005, iniciando-se no dia 18 na cidade de Imbituva, 19 em Ponta Grossa e 20 em Tuneiras do Oeste, no Paraná. Em todas as consultas realizou-se a documentação por vídeo e ata, constatando a ampla presença da população em todos os eventos. Nos dias 26 e 27 de abril foram agendadas consultas nos municípios de Abelardo Luz (SC), Ponte Serrada (SC) e Palmas (PR), porém não realizadas, em virtude de uma forte mobilização de resistência à criação dessas UCs articulada por lideranças políticas e empresariais dos dois Estados. Essa reação culminou com a suspensão das consultas públicas face à falta de segurança. Um clima hostil foi claramente instigado por apelos em rádios e jornais locais, os quais associavam a criação de UCs com desemprego, impedimentos ao crescimento econômico regional, instabilidade social, além de afirmar que o governo federal pagaria valores irrisórios pelas terras, e que as pessoas do entorno das UCs, inclusive da APA teriam seus imóveis desapropriados. Os argumentos centrais apresentados para justificar a intervenção no processo de consultas públicas foram à deficiência na divulgação das mesmas, o desconhecimento da proposta do MMA, a fragilidade dos estudos técnicos apresentados e, fundamentalmente, que a criação dessas novas UCs geraria um grave comprometimento na economia regional.

A polêmica criada em torno da não efetivação das consultas públicas em Abelardo Luz, Ponte Serrada e Palmas, exigiu uma negociação entre o MMA e os Governos Estaduais e Municipais envolvidos, culminando com a suspensão do processo de criação da APA, e convocação de novas consultas para as UCs de Proteção Integral, que foram então realizadas entre 21 a 24 de junho de 2005. As quais foram então realizadas com o apoio de forte aparato policial e intensa participação de políticos das mais diversas siglas partidárias, porém todos coesos e solidários numa orquestrada estratégia com vistas a inviabilização da criação das novas

unidades de conservação na Floresta com Araucárias.

CONCLUSÃO

A histórica oposição à criação de áreas protegidas, nas mais diversas regiões do planeta é acompanhada de protestos, menosprezo, pressões políticas, e até mesmo ilegalidades e violência explícita. Logo, há de se considerar que a reação observada em Abelardo Luz, Ponte Serrada e Palmas deveriam, no mínimo ser tidas como previsível pela caracterização regional ligada a exploração madeireira.

A tese de que novas áreas protegidas limitam oportunidades de desenvolvimento é recorrente no Brasil. Esta tese é rapidamente absorvida por políticos que utilizam as classes menos favorecidas como um escudo para a proteção de privilégios e interesses de grupos capitalizados. Fato comprovado com o uso da informação de desapropriação da APA em Santa Catarina ou na região do entrono do Parque Nacional dos Campos Gerais, e fundamentalmente com a ampla participação de parlamentares nas consultas públicas, externando esse discurso monocórdio. O jugo a que classes menos favorecidas ficam submetidas, com pressões psicológicas e o uso de meios de comunicação de massa, decorre também da clara percepção de que cidadãos mais pobres têm acesso restrito aos instrumentos legais e dificuldade na percepção técnica da conservação e seus benefícios coletivos. Não obstante, a relatividade nessa impetuosa defesa dos direitos dos “pequenos” pela classe política dominante se mostra transparente, por exemplo, nas águas dos grandes reservatórios de hidrelétricas. Nesses casos, e não são raros, é comum a relocação forçada e nada justa de populações locais afetadas, porém aqueles mesmos atores assumem outro discurso, associado à percepção de que vivemos em uma sociedade que pratica a imparcialidade, onde o interesse coletivo deve prevalecer. Afinal, dizem eles, não é possível condicionar os interesses estratégicos maiores da nação ao direito de uma meia dúzia de pequenos agricultores.

Ainda que todos esses elementos se fizessem presentes nos movimentos de resistência e oposição à criação das UCs na Floresta com Araucárias, muitos setores da sociedade por mera conveniência e/ou precaução, como a classe política, parte do movimento ambientalista e da comunidade científica, deliberadamente se distanciam da realidade ambiental brasileira. Preferem a comodidade do discurso cômodo dos selos e certificações da pseudo sustentabilidade ecológica.

No Paraná cabe destacar a reação da classe estudantil e ambientalista, claramente observada na capital, Curitiba, onde se organizou uma reação favorável à criação das UCs. Em Santa Catarina, onde o Governo Estadual se posiciona abertamente contra a criação das novas UCs federais, essa reação do movimento ambientalista foi tímida, se restringindo a atuação de algumas lideranças, historicamente engajadas e articuladas com o todo o processo de conservação das Florestas com Araucárias.

A imprensa, por sua vez, atua de forma reativa, gerando destaques pontuais e localizados, como o conflito nas audiências públicas. Não obstante alguma honrosa exceção, predomina a conotação desenvolvimentista, reproduzindo dados e conclusões distanciadas da realidade, sustentando a lógica obtusa da proteção ambiental como fator de limitação de oportunidades de desenvolvimento futuro. É digno de nota que nas localidades onde os conflitos se explicitaram de maneira mais intensa, registram-se índices de desenvolvimento humano assustadoramente baixos, fruto de um abissal desequilíbrio na distribuição de renda. Considerando

que a umas minorias privilegiadas, que domina politicamente essas regiões, existe uma clara relação com a exploração predatória dos recursos naturais, compreende-se essa forte e desproporcional reação negativa, mesmo em face à reduzida dimensão das áreas selecionadas para abrigar as novas UCs.

Mesmo ainda em curso, o processo de criação das novas UCs na Floresta com Araucárias, já nos fornece também elementos para uma avaliação, ainda que preliminar, do posicionamento do Judiciário. Nesses elementos, percebe-se que, em alguns casos, persiste a tendência de relativizar a defesa de interesses difusos da coletividade quando esses se confrontam com o sistema econômico vigente. Contradição explícita e comandos de subjetividade na própria Constituição Federal, notadamente nos temas meio ambiente, desenvolvimento e ordem econômica, ainda geram espaços generosos em algumas decisões judiciais para a manutenção de modelos de desenvolvimento insustentáveis. Por outro lado, decisões distintas, mesmo no julgamento de agravos em tribunais superiores, nos mostram que já existe, pelo menos em parte da magistratura, uma melhor percepção dos valores ambientais, gerando maior equilíbrio e segurança jurídica na administração dos já tradicionais conflitos envolvendo conservação ambiental e desenvolvimento econômico.

A reduzidíssima dimensão dos últimos fragmentos de Florestas com Araucária só não é menor que o interesse que desperta na comunidade acadêmica. Mesmo detentora de rica biodiversidade, essas florestas estão desaparecendo, e sumirão do planeta como ilustres desconhecidas. Basta lembrar que a lista de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção foi editada em 1992, e até hoje não atualizada. Paralelamente nenhuma medida subsidiada cientificamente para a reversão da condição de risco a que estão submetidas essas espécies foi implementada. A exploração econômica de espécies madeireiras ameaçadas se sustentou até 2001, persistindo a restrição de exploração por absoluta falta de critérios técnicos, cientificamente embasados, para essa exploração. Nem mesmo a definição da dimensão atual dos fragmentos remanescentes da floresta com Araucárias, tem sido pautada nas prioridades da comunidade acadêmica; tampouco a quantificação da erosão genética de suas espécies. Mais do que pelas inversões nas orientações das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico do país, a Floresta com Araucárias padece pela indiferença de uma comunidade científica igualmente reativa e enclausurada nas suas próprias metas de produtividade.

Nesse cenário, criar unidades de conservação de proteção integral nos remanescentes naturais de Florestas com Araucárias é uma medida inadiável, ainda que por si só insuficiente. O momento atual é determinante, e as opções são desconfortáveis: criar proteção legal para fragmentos de dimensões e qualidade estruturais distantes daqueles ideais, ou assumir a extinção de todo um ecossistema. Confiando que as atitudes de hoje não necessariamente serão as mesmas de amanhã, podemos alimentar a expectativa com um futuro onde nossa escala de valores seja redefinida, e a natureza passe a ter algum destaque. Nesse momento, seguramente a importância das Unidades de Conservação será reconhecida. Criar Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista significa dar uma chance para a chegada desse momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Klein, R. M. 1985. **Os tipos florestais com *Araucaria* em Santa Catarina**. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Botânica. Sociedade Botânica do Brasil. Curitiba;



Resumos do 56º Congresso Nacional de Botânica.

97 – 100 p.

Probio. 2001. **Conservação do Bioma Floresta com Araucária: relatório final - Diagnóstico dos remanescentes** florestais/PROBIO araucária. 2 v. Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF). Curitiba, PR.

SBB. 1992. **Centuria Plantarum Brasiliensium Extinctionis Minitata**. Sociedade Botânica do Brasil, 167 p.